



## Universidades Lusíada

Castelo Branco, Luís Bernardo Nunes Mexia, 1967-

### **O mito das fronteiras em África**

<http://hdl.handle.net/11067/1023>

<https://doi.org/10.34628/77v1-5m91>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2013
<b>Resumo</b>	Grande parte das atuais fronteiras africanas tem a sua origem na época colonial, quando as potências europeias dividiram entre si os territórios africanos. Após as independências, a Organização de Unidade Africana, com vista a diminuir a conflitualidade, afirmou que as fronteiras de África eram as herdadas da colonização. Porém, ao longo dos tempos várias têm sido as tentativas, algumas bem-sucedidas, de alterações de fronteiras. Os casos mais recentes foram os da criação da Eritreias, Sudão do ...
<b>Palavras Chave</b>	África - Fronteiras
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FCHS] LPIS, n. 08 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T08:59:27Z com informação proveniente do Repositório

# **O MITO DAS FRONTEIRAS EM ÁFRICA**

**Luís Castelo Branco**

## **Resumo**

Grande parte das atuais fronteiras africanas tem a sua origem na época colonial, quando as potências europeias dividiram entre si os territórios africanos. Após as independências, a Organização de Unidade Africana, com vista a diminuir a conflitualidade, afirmou que as fronteiras de África eram as herdadas da colonização. Porém, ao longo dos tempos várias têm sido as tentativas, algumas bem-sucedidas, de alterações de fronteiras. Os casos mais recentes foram os da criação da Eritreias, Sudão do Sul e Estado de Azawad.

**Palavras-chave:** Colonização; Fronteiras; Conflito; Integração Regional; Estados Unidos de África.

## **Abstract:**

Much of the current African borders have its origins in the colonial era, when European powers divided among themselves the African territories. After independence, the Organization of African Unity, in order to reduce conflict, said that the boundaries of Africa were the legacy of colonization. However, throughout the years there has been several attempts, some successful, to change the African borders. The most recent cases were the creation of Eritrean, Southern Sudan and the State of Azawad.

**Key Words:** Colonization; Borders, Conflict, Regional Integration; United States of Africa.

## 1. As Fronteiras Coloniais

A África tem cerca de 50 mil kms de linhas de fronteiras, na sua grande maioria surgidas após a Conferência de Berlim de 1884/1885, momento em que os europeus se lançaram à conquista de um continente que consideravam não ter dono, o que não correspondia à realidade. A divisão do continente pelos poderes coloniais pôs fim, na maior parte dos casos, a um processo interno de reestruturação do espaço por forças sociais e políticas relacionadas com a história de África no longo prazo.

Esta realidade implica que a grande maioria dos estados africanos tenha vários vizinhos, sendo os casos extremos a República Democrática do Congo com 9 vizinhos, a Zâmbia e a Tanzânia com 8, o Mali e o Níger com 7<sup>1</sup>. No entanto, ao contrário do que se pretendia fazer crer durante a época colonial, na África pré-colonial existiam claras noções de limites dos espaços políticos e que, assim sendo, o conceito de fronteira trazido pelos colonizadores europeus não representava uma novidade para as sociedades africanas<sup>2</sup>.

O facto de estas fronteiras terem sido delimitadas de acordo com os interesses dos europeus fez com que as realidades geográficas, humanas e históricas do continente africano fossem marginalizadas. Nesse sentido, os atuais estados africanos são, basicamente, criações coloniais transformadas em estados independentes. As suas dimensões, características e fronteiras são fruto da herança colonial.

Os diferendos territoriais têm sido uma das principais causas de conflitos em África. Numa tentativa de minorar os efeitos desta situação, herdada e não desejada, a Organização de Unidade Africana (OUA) declarou em julho de 1964<sup>3</sup>, numa reunião no Cairo, que o continente africano independente manteria as fronteiras herdadas da colonização, com o objectivo de evitar o

---

<sup>1</sup> Abílio Lousada: *As Fronteiras Africanas*, in Janus 2010. Meio Século de Independências Africanas. Anuário de Relações Internacionais, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, Janeiro 2010, pp.124-127.

<sup>2</sup> Wolfgang Dopcke: *A Vida Longa das Linhas Retas: Cinco Mitos sobre as Fronteiras na África Negra*, in Revista Brasileira de Política Internacional, n.º 42, 1999, pp.77-109.

<sup>3</sup> Resolution AHG/Res. 16 (I), Cairo 21 July 1964. [http://www.au.int/en/sites/default/files/ASSEMBLY\\_EN\\_17\\_21\\_JULY\\_1964\\_ASSEMBLY\\_HEADS\\_STATE\\_GOVERNMENT\\_FIRST\\_ORDINARY\\_SESSION.pdf](http://www.au.int/en/sites/default/files/ASSEMBLY_EN_17_21_JULY_1964_ASSEMBLY_HEADS_STATE_GOVERNMENT_FIRST_ORDINARY_SESSION.pdf)

agravamento da questão.

Contudo, antes desta reunião da OUA já se tinham verificado alterações territoriais, como foi o exemplo entre o Mali e a Mauritânia que aceitaram mexer nas fronteiras, de modo a respeitar os hábitos tradicionais das tribos nómadas. A criação da Tanzânia em 1964, na sequência da junção do Tanganica e do Zanzibar, foi outro caso. Em 1975 foi a vez da Gâmbia e do Senegal acertarem fronteiras. Apesar destes exemplos, a verdade é que as questões territoriais têm sido responsáveis por graves conflitos, tais como a guerra civil na Nigéria, com a tentativa de independência do Biafra, ou a crise no Congo Belga, com a tentativa de separação da região do Katanga.

## **2. A Descolonização e as Fronteiras dos Novos Estados.**

A opção pela manutenção das fronteiras coloniais após a descolonização não foi um assunto consensual. Havia, pelo menos, três perspectivas bem diferentes<sup>4</sup>:

- Em primeiro lugar, os nacionalistas contestaram a delimitação das fronteiras coloniais como algo contrário aos interesses da população local, muitas vezes etnicamente dividida por fronteiras entre vários estados;
- Em segundo lugar, uma outra perspectiva defendia a manutenção das grandes federações coloniais francesas em África (a África Ocidental Francesa<sup>5</sup> e a África Equatorial Francesa<sup>6</sup>) opondo-se à “balcanização” destes territórios em estados separados;
- Em terceiro lugar, havia a tradição pan-africanista de unidade africana, representada principalmente pelo primeiro Presidente do Gana, Kwame Nkrumah, a qual defendia a eliminação da divisão política do continente a favor de uma união dos estados, na qual as fronteiras de então só teriam a função de divisões administrativas internas. Esta última perspectiva será, anos mais tarde, recuperada pelo líder líbio Muammar Khadafi no seu projeto de criação dos Estados Unidos de África.

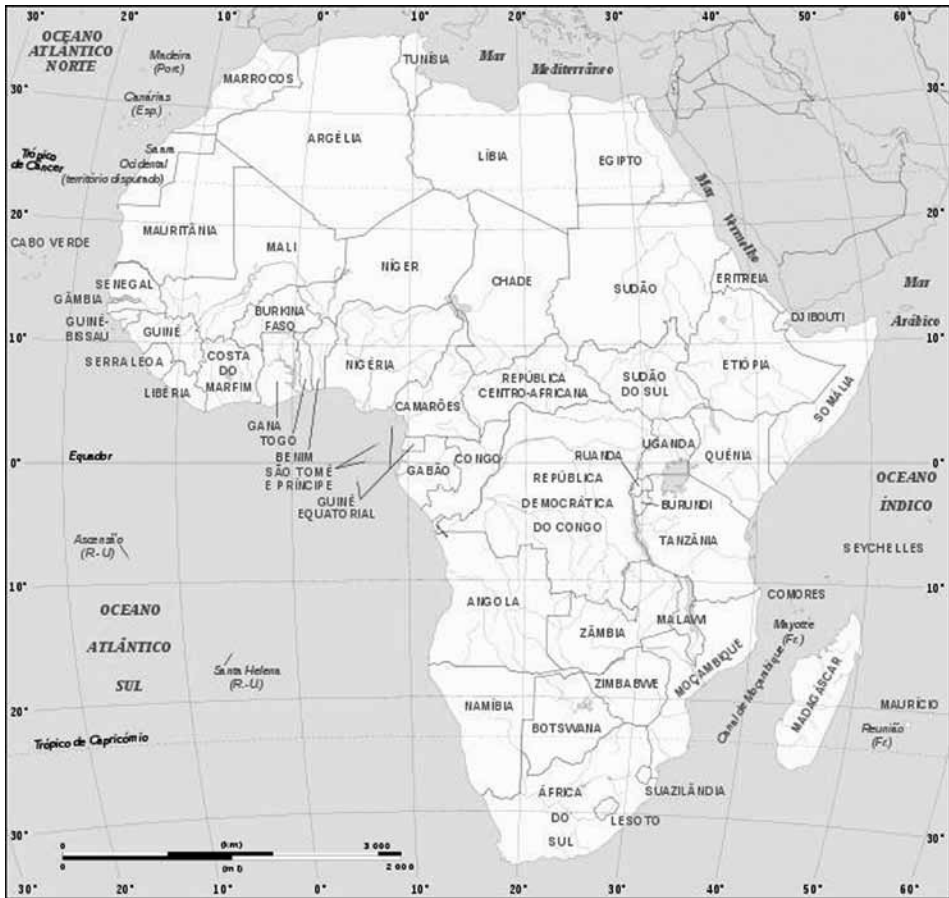
Para além das suas configurações territoriais, os atuais estados africanos devem um número significativo das suas características à colonização. Na época da luta pela independência, é evidente que os diferentes grupos empenhados nos movimentos nacionalistas conceberam projetos quanto às formas de Estado e de governo. Parece que, para as elites africanas, o objectivo primordial, mais ou menos claramente formulado, era o de substituir o “Estado colonial” pelo “Estado nacional”. Nesse sentido, essas elites, muitas delas formadas nas antigas potências coloniais, queriam manter o essencial do estado colonial, nomeadamente em termos de configuração geográfica.

---

<sup>4</sup> Wolfgang Dopcke, *op.cit.*, pp.86-89.

<sup>5</sup> A África Ocidental Francesa foi uma federação de oito territórios franceses na África: Mauritânia, Senegal, Sudão Francês (atual Mali), Guiné, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Daomé (atual Benim).

<sup>6</sup> A África Equatorial Francesa foi uma federação de possessões coloniais francesas na África Central, que incluía o território dos seguintes países: República do Congo; Gabão; República Centro-africana e Chade.



Mapa I

Mapa Político de África

Fonte: Wikis.commons 2012

Esta situação explica a marginalização de todos aqueles que queriam traduzir as diferenças étnicas ou regionais em estruturas políticas. Neste contexto, as novas elites africanas consideravam qualquer reivindicação religiosa, regional ou étnica como uma manipulação do exterior destinada a enfraquecer os novos países<sup>7</sup>.

As elites africanas aperceberam-se que o projeto de construção de verdadeiros estados nacionais era, simultaneamente irrealizável e ineficaz. Irrealizável, porque o pluralismo e os particularismos étnicos e culturais punham em causa o seu poder; ineficaz, porque corria o risco de adiar tarefas mais urgentes, tais

<sup>7</sup> No contexto africano é possível identificar 3.000 grupos étnicos e 2.000 línguas. Abílio Lousada, op.cit., p.124.

como o desenvolvimento económico.

Paralelamente, as mesmas elites descobriram o interesse que havia em manter intactas as estruturas estaduais herdadas da época colonial: por um lado, tratava-se de não pôr imediatamente em causa os privilégios recentemente adquiridos no exercício do poder; por outro, era necessário assegurar a cobrança regular dos rendimentos fiscais nas mesmas formas que sob a colonização; finalmente, era necessário garantir a manutenção da ordem interna, a partir das forças públicas coloniais. A máquina estadual depressa reencontrou, pois, os atributos repressivos evidenciados no período precedente.

Os novos estados africanos não detinham os instrumentos necessários para poderem enfrentar os diversos tipos de conflitos que iriam surgir, os quais, muitas vezes, eram instigados do exterior por lógicas que eles não controlavam. O período da Guerra Fria foi um bom exemplo disso., quando foram instigados conflitos aproveitando factores de vária ordem, como a ideologia, a personalidade dos líderes, as lutas internas pelo poder, o tratamento das questões das minorias étnicas, a descolonização, as interferências externas, os problemas relacionados com os refugiados e, finalmente, as disputas territoriais.

Desde os anos 60, mais de metade dos atuais membros da União Africana (UA) viram-se envolvidos em conflitos resultantes de disputas territoriais ou de problemas fronteiriços. Alguns destes diferendos chegavam ao ponto de implicar a negação do direito à autodeterminação a uma das partes. A divisão territorial do continente foi feita com base no interesse das potências coloniais numa lógica de equilíbrio de poderes, a qual se foi depois alterado devido às circunstâncias históricas. A grande mudança na época colonial surgiu com a derrota alemã na I Guerra Mundial, quando as colónias alemãs do Sudoeste Africano (hoje Namíbia), África Oriental Alemã (hoje Tanzânia Ruanda e Burundi) e os atuais Togo e Camarões foram repartidas pelos vencedores. Porém, estas divisões nunca tiveram em atenção as realidades africanas e a história das comunidades locais. Esta marginalização das realidades locais implicou que fossem colocados num mesmo território grupos rivais, enquanto grupos da mesma etnia ficavam separados por fronteiras artificiais.

As relações históricas também não foram esquecidas. Marrocos, por exemplo, recorreu ao argumento dos antecedentes históricos e das afinidades religiosas da época pré-colonial para justificar as suas pretensões sobre a Mauritânia e o Sara Ocidental.

Muitos países africanos, que revelam ambições expansionistas, sustentam a ilegitimidade dos tratados assinados pelos europeus, acusando-os de ser os responsáveis pela actual configuração política de África. Na sua aceção, dever-se-ia proceder a uma revisão das fronteiras contemplando as realidades étnicas, religiosas e culturais. Porém, outros países, sobretudo aqueles cujos territórios são alvo de pretensões exteriores, sustentam que o respeito dos tratados coloniais herdados pelos novos países africanos constitui uma obrigação internacional dos seus governos, sendo portanto impossível a revisão das fronteiras.

### 3. As Disputas Territoriais

Em África, diversos grupos étnicos reivindicam a sua nação natural e põem em causa os aparelhos estaduais vigentes, apelando a uma segunda descolonização. Foi este vírus separatista que corroeu, por exemplo, as bases dos regimes de Mengisthu Mariam na Etiópia e de Siad Barre na Somália em inícios dos anos 90. O mundo em geral não encara favoravelmente a emergência de novas unidades políticas em África, mas as realidades e os acontecimentos locais poderão proporcionar o seu aparecimento.

As disputas territoriais derivam também do facto de quinze estados africanos não terem acesso ao mar, ficando, pois, numa situação de extrema dependência dos seus vizinhos e sofrendo diretamente as consequências dos acontecimentos que aí possam ocorrer. Esta dependência decorre da necessidade de utilizar os meios de transporte de outros estados para chegar ao mar, meio de transporte mais acessível aos países africanos. Ainda assim, para muitos países este objectivo revela-se de concretização difícil devido à distância e aos custos inerentes. Veja-se os casos da República Centro-Africana e do Ruanda, que estão a cerca de 1.600 kms da costa. Esta situação pode provocar conflitos, tanto mais que os países interiores poderão tentar a todo o custo obter saídas para o mar.

A questão das fronteiras em África representa, sem dúvida, um enorme problema, cuja resolução não se apresenta nada fácil. Se, por um lado, as questões territoriais tem sido contidas pela resolução da OUA, de reconhecimento das fronteiras coloniais, com o apoio da Comunidade Internacional, por outro, não deixa de ser verdade que em muitos casos, essas fronteiras já só existem na teoria. Veja-se o caso da Somália que, na prática, está dividida em vários estados, Somaliland a norte, Puntland no nordeste e Jubaland a sul.

Porém, apontar como solução a redefinição total das fronteiras é uma solução utópica tais seriam as reivindicações opostas. Na atualidade e para além dos casos mais conhecidos, há inúmeras disputas territoriais em África por resolver. Algumas estão, mais ou menos, adormecidas, mas o problema é que dadas as condições ideais, estas disputas poderão ser instrumentalizadas e provocar um conflito entre países africanos.

Mas apesar da manutenção das fronteiras coloniais ser considerada um mal menor, a questão que se põe é saber se é legítimo limitar as aspirações das populações que pretendem criar a sua própria entidade política, tanto mais que a realidade da Conferência de Berlim, não pode obviamente, refletir a realidade atual do continente africano.

Assim sendo, pouco a pouco tem havido alterações territoriais em África que, de fato, estão a condenar o princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais.



#### 4. A Criação da Eritreia

O primeiro grande caso foi a criação da Eritreia em 24 de maio de 1993. Neste primeiro caso, o argumento utilizado é que tendo sido feito de mútuo acordo, o nascimento do novo estado acabava por não pôr em causa as fronteiras coloniais. Mas a verdade é que significou uma profunda alteração, e também demonstrou outra realidade mais importante, que tem a ver com a necessidade de assegurar durante o processo negocial a definitiva delimitação das fronteiras. Apesar do aparente entendimento entre as autoridades da Etiópia e da Eritreia, muitas coisas ficaram por resolver, nomeadamente em termos de definição de fronteiras e o acesso ao mar por parte da Etiópia. A não resolução dessas questões esteve depois na origem dos conflitos que estes dois estados têm travado desde então.

Nos primeiros 5 anos após a independência da Eritreia, o relacionamento entre os dois países foi pacífica e de cooperação efetiva. Durante esse período, a Eritreia continuou a usar a moeda corrente da Etiópia, o birr, e a dar ao seu vizinho livre acesso aos seus portos. Nesta fase, apesar de a fronteira não estar oficialmente delimitada, a questão não foi fonte de problemas.

Em 1997, a Eritreia criou a sua própria constituição e pouco depois a sua própria moeda, a nakfa. Neste novo contexto, a Eritreia decidiu que se a Etiópia pagava o acesso aos seus portos com a sua moeda, a Eritreia também usaria a sua moeda para pagar à Etiópia, sendo que o câmbio seria o mesmo (um nakfa por um birr). A Etiópia rejeitou a proposta e, por decisão do Primeiro-Ministro da Etiópia, Meles Zenawi, o comércio entre os dois países passaria a ser feitos em dólares norte-americanos.

Esta questão provocou um mal-estar entre os dois países, situação que foi agravada com a falta de delimitação final das fronteiras. Em maio de 1998, a guerra de fronteiras entre a Eritreia e Etiópia começou principalmente pela região de Badme. O conflito prolongou-se por mais de dois anos tendo provocado mais de 100.000 mil mortos. Em 2000 os dois países assinaram o Acordo de Argel, pelo qual ficou estabelecido que a zona em disputa passaria para controlo de forças da ONU até que um tribunal independente delimitasse a fronteira. Os dois países concordaram e o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), em Haia, determinou em abril de 2002, que a aldeia de Badme pertencia a Eritreia. A Eritreia aceitou a decisão do TIJ mas a Etiópia rejeitou-a, o que provocou um permanente mal-estar entre os dois países. Em 2012, a relação entre os dois países mantém-se num impasse, o qual poderá facilmente deteriorar-se e resvalar para um novo conflito.

Na atualidade, mais dois casos vieram pôr em causa a questão da manutenção das fronteiras coloniais, a criação do Sul do Sudão e do Estado Islâmico do Azawad.

## 5. O Nascimento do Sudão do Sul

Após uma longa guerra civil, o Sudão alcançou a paz, a 9 de Janeiro de 2005, através do Comprehensive Peace Agreement (CPA)<sup>8</sup>, assinado entre o partido no poder, o National Congress Party, e os rebeldes sulistas do Sudan's People Liberation Movement (SPLM). Segundo o Acordo de Paz, o país seria governado de acordo com uma constituição interina que vigoraria entre 2005 e 2011. Uma outra decisão decorrente do Acordo de Paz foi a decisão de permitir a realização de um referendo no sul do Sudão, abrangendo 4 milhões de eleitores, para decidir sobre a hipótese de autodeterminação do território. Caso a maioria da população votasse a favor, o sul do Sudão poderia tornar-se num país independente. Com vista a legitimar o referendo, o processo foi organizado e controlado pela ONU com o apoio de diversas organizações internacionais.

As duas partes em confronto eram lideradas por homens carismáticos. O regime de Cartum tinha como Presidente Omar al-Bashir que está no poder desde que, em 1989, liderou um golpe militar. Apoiado pela população muçulmana do norte, sempre defendeu a unidade do país, o que fez com que reagisse duramente contra a rebelião do sul e contra os intentos de autonomia da zona do Darfur. A extrema violência com que o regime de Cartum tratou a questão do Darfur, valeu a al-Bashir um mandato internacional de captura passado pelo Tribunal Penal Internacional. A zona sul, maioritariamente cristã e animista, era liderada por Salva Kiir, o qual substituiu o histórico líder da rebelião do sul, John Garang, que morreu em 2005 num acidente de helicóptero.

Embora o processo eleitoral fosse aceite, à partida, por todos os intervenientes, havia várias questões importantes que os dois lados não resolveram antes da independência do Sul. A mais relevante tinha a ver com a partilha dos lucros da exploração petrolífera, a qual poderia minar o futuro relacionamento entre os dois países. Se, durante o período de transição, a partilha era feita a meias entre o governo de Cartum e o Governo do sul do país, após uma eventual independência passaria tudo para a posse do novo estado. Esta é uma questão crucial, uma vez que 80% da produção petrolífera do país, cercar de 500 mil barris por dia, provêm dos campos petrolíferos do sul.

Uma outra questão a negociar tinha a ver com a circulação entre os dois países das populações nómadas, o que implicava a necessidade de um entendimento em relação à gestão das fronteiras. Esta questão também estava relacionada com os 2.5 milhões de sudaneses do sul que viviam no Sudão, tendo ficado por regular os direitos de cidadania, circulação e propriedade entes os dois países.

A questão da partilha da dívida externa do Sudão, avaliada na altura da independência do Sudão do Sul em 38 mil milhões de USD, também ficou por decidir.

Apesar das perspectivas de perder o controlo de zonas ricas em petróleo, que correspondem a cerca de 25% do território, as autoridades do norte, incluindo

---

<sup>8</sup> Peace Agreements Sudan. <http://www.usip.org/publications/peace-agreements-sudan>

o Presidente sudanês Omar al-Bashir, concordaram em respeitar os resultados.

Os resultados deram uma vitória esmagadora, 99%, a favor da separação do Norte<sup>9</sup>. Com este resultado abriu-se o caminho para o nascimento de um novo país: o 54º no continente africano. A 9 de julho de 2011 o Sudão do Sul nasceu como nação independente com a capital situada em Juba. Apesar de significar uma alteração às fronteiras convencionais de África, o novo estado foi reconhecido e aceite internacionalmente pelos seus pares.



Mapa II

O Sudão e o Sudão do Sul

Fonte: Google Maps 2012

Tal como já tinha acontecido no caso da separação da Eritreia da Etiópia, o processo sudanês foi feito sem que as principais questões estivessem solucionadas, nomeadamente a delimitação das fronteiras cuja extensão ascende aos 2.100 kms. Esta situação foi um dos motivos pelos quais os dois estados têm estado envolvidos num duro conflito. O desentendimento existe também por causa do domínio das zonas do Nilo Azul Meridional, do Cordafão do Sul e da província de Abyei.

A tensão entre o Sudão e o Sudão do Sul, muitas vezes instigada por atores externos e pelas próprias alianças regionais destes dois países, vai sendo alimentada por alegações mútuas de apoio a grupos rebeldes no território vizinho. Esta situação de animosidade latente, juntamente com os enormes desafios inerentes à construção de um Estado, deixa prever que a conflitualidade

<sup>9</sup> José Manuel Correia: Sudão do Sul- A Longa Espera, in Segurança em África, Revista do Instituto de Defesa Nacional (IDN), nº131, 2012, pp.138-153.

entre os dois países irá manter-se por um longo período.

O árduo trabalho de negociação entre as partes não acabou com a independência política do Sudão do Sul, uma vez que a forte interdependência ou mesmo dependência económica do Sul em relação ao Sudão não será fácil de esbater<sup>10</sup>.

## 6. O Estado de Azawad

A criação do Estado Islâmico do Azawad deve ser entendida quer em termos dos desenvolvimentos políticos na África Ocidental, quer no âmbito da situação interna do Mali. Com a queda do regime líbio de Muammar Khadafi, milhares de combatentes tuaregues, quer tinham estado ao lado do ditador líbio, regressaram ao Mali. A sua experiência militar, aliada ao equipamento militar que trouxeram, permitiu reforçar a rebelião tuaregue que atuava no norte do Mali sob comando do Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA).

O reforço da capacidade de atuação dos rebeldes provocou enfraquecimento do governo do Mali. A incapacidade de resposta das autoridades de Bamako face aos avanços dos rebeldes tuaregues, que assumiram em fevereiro de 2012 o controlo das cidades de Gao, Tombuctu e Kidal, levou a que os militares promovessem um golpe de estado a 21 de março, derrubando o Presidente Amadou Toumani Touré. O poder passou para as mãos do autointitulado Comité Nacional para a Restauração da Democracia e do Estado, liderado Capitão Amadou Konaré, o qual justificou a sua ação com a necessidade de criar as condições, políticas e militares, para enfrentar a rebelião tuaregue<sup>11</sup>.

Perante este cenário de clara guerra civil e vazio político criado pelo golpe de estado, o grupo radical islâmico, Ansar Dine, aproveitou para assumir o controlo das cidades do norte do Mali e proclamar a aplicação da sharia (lei islâmica).

No início da revolta tuaregue, o MNLA e ao Ansar Dine aliaram-se para combater as forças governamentais. Porém, a partir do momento em que assumiram o controlo do norte do país, os desentendimentos cresceram. O MNLA pretendia a independência do norte, enquanto o Ansar Dine pretendia a implementação da sharia. Com o passar do tempo, o MNLA perdeu protagonismo para os diversos movimentos islâmicos que foram assumindo o controlo da situação. Para além do Ansar Dine, surgiram no norte do Mali, a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico e o Movimento para a Unicidade da Jihad na África Ocidental (MUJAO).

Face a esta situação e aos avanços militares dos rebeldes, o Governo de transição do Mali, instalado após um golpe militar em março, pediu assistência internacional para combater os ataques dos rebeldes tuaregues. A grande esperança das autoridades de Bamako era que a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO) se decidisse pelo envio de uma

<sup>10</sup> José Manuel Correia, op. cit., p.148.

<sup>11</sup> Susana D. Wing: Building a Durable Peace in Mali, p.1

força militar que ajude a travar os rebeldes.

Com o controlo efetivo do norte do Mali nas suas mãos, e aproveitando a fraqueza das forças do governo de Bamako, os rebeldes tuaregues proclamaram, a 26 de maio de 2012, o Estado do Azawad<sup>12</sup>.

Dentro do território controlo, estavam as importantes cidades de Gao e Tombuctu<sup>13</sup>, esta última considerada património mundial da UNESCO devido ao seu rico legado arquitectónico, onde se destacam as mesquitas de Sidi Yahia, Djingareyber e Sankoré, joias da arquitetura que testemunham o apogeu da cidade.

Apesar de esta riqueza ser reconhecida internacionalmente, a partir do momento em que os guerrilheiros do Ansar Dine assumiram o controlo da cidade de Tombuctu, iniciaram a destruição deste património. De acordo com a rigorosa interpretação salafista do islão, a veneração de pessoas é considerada idolatria e sacrilégio.

Esta proclamação surgiu após os dois movimentos tuaregues, a corrente mais radical representada pela Ansar Dine e os laicos separatistas do MNLA, terem chegado a um acordo sobre a nova entidade. O acordo alcançado por estas duas facções não incluiu outros dois grupos estabelecidos no território do Azawad, o ramo magrebino da Al Qaeda (AQMI) e o outro pequeno grupo terrorista, (MUJAO), implantados em Azawad.

O novo estado, que não goza do reconhecimento internacional, tem 830.000 kms<sup>2</sup>, 1,3 milhões de habitantes. Para líder de Azawad foi escolhido Iyad Ag Ghali, o qual se destacou como mediador em vários raptos de cidadãos ocidentais.

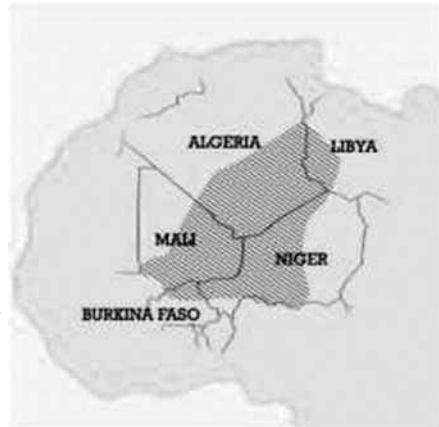


Mapa III  
Estado do Azawad  
Fonte. *El País* 2012

<sup>12</sup> Segundo o MNLA, esta independência baseia-se na vontade expressa do povo do Azawad de ser independente e na incapacidade do estado maliano em zelar pelo bem-estar da população desta região. MNLA: Consultation Populaire portant sur l'auto-détermination de l'Azawad, 22/01/2012. <http://www.mnlamov.net/projet-politique.html>

<sup>13</sup> Luís Castelo Branco: O Estado Islâmico de Azawad, in Observatório de África, Fundação Portugal África nº37, julho/agosto 2012.

A criação do Estado do Azawad não deixou de ser encarada com preocupação a nível internacional, mas especialmente por vários países da África Ocidental. Esta preocupação deriva do fato do projeto dos tuaregues, a Grande Tuaregolândia, abranger também partes do território da Argélia, Níger, Líbia e Burkina Faso<sup>14</sup>.



Mapa IV

Grande Tuaregolândia

Fonte: Raul Braga Pires 2012

### Conclusão

Face aos casos já registados de alterações territoriais e tendo em atenção as atuais realidades políticas, religiosas e étnicas em África, é de prever que as fronteiras do continente poderão sofrer profundas mudanças.

O princípio da intangibilidade das fronteiras africanas, defendida pela OUA nos anos sessenta do século passado, tem, cada vez menos força e peso para contrariar a vontade e as dinâmicas africanas. Se, hoje em dia, há exemplos conhecidos de reivindicações secessionistas, como são os casos do Ogaden (na Etiópia); Cabinda (Angola), Delta do Níger (Nigéria) ou Casamansa (Senegal), eles são apenas alguns exemplos de todo um conjunto de disputas territoriais que afetam muitos países africanos<sup>15</sup>.

Neste contexto, para os defensores da redefinição das fronteiras africanas não faz qualquer sentido continuar a defender que as fronteiras do continente são as fronteiras da colonização, fixadas há mais de 120 anos. Assim sendo, o tema não deve ser encarado com cepticismo, já que se as fronteiras africanas foram traçadas pelos poderes coloniais, a sua revisão não mais é do que o encerrar do processo de descolonização.

Se, por um lado, o tema das alterações territoriais em África deva ser um tema aberto à discussão, por outro lado, não deixa de ser verdade que aceitar discutir este assunto equivale a abrir a caixa de Pandora, com consequências obviamente imprevisíveis. Os mais realistas<sup>16</sup>, defendem que há, de fato, a necessidade de se repensar as fronteiras africanas, mas a criação de mais estados no continente não garantiria a estabilidade, havendo novas entidades economicamente inviáveis. Perante esta constatação, o caminho a seguir deverá ser o da integração regional

<sup>14</sup> Raúl Braga Pires: Azawad. A "Tuaregolândia" Independente, 6 abril 2012. <http://expresso.sapo.pt/maghreb?num=10&page=2&npages=>

<sup>15</sup> Há outros exemplos menos conhecidos como a disputa territorial ente o Burkina Faso e o Níger, que ambos os países aceitaram submeter, em 2010, a resolução do diferendo ao Tribunal Internacional de Justiça. <http://www.icj-cij.org/docket/files/149/15981.pdf>

<sup>16</sup> ??????????????????????

de modo a esbater diferenças e a promover a busca de um futuro comum.

Essa integração regional, económica e política, poderá, mais tarde, desembocar numa união continental, cumprindo o sonho dos pan-africanistas. No entanto, o caminho será, sem dúvida, longo e complicado, como o demonstram as profundas divergências que separam os estados africanos nos debates que existem sobre esta temática no seio da União Africana.

Os estados africanos estão, em primeiro lugar, preocupados com consolidar poderes hegemônicos internamente, não se mostrando dispostos a ceder parte da sua soberania nacional. É esta realidade que explica os fracos resultados alcançados pela maior parte dos projetos de integração regional.

### ACRÓNIMOS

CEDEAO - Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental

CPA - Comprehensive Peace Agreement

MNLA - Movimento Nacional de Libertação do Azawad

MUJAO - Movimento para a Unicidade da Jihad na África Ocidental

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização de Unidade Africana

SPLM - Sudan's People Liberation Movement

TIJ - Tribunal Internacional de Justiça

UA - União Africana

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

### BIBLIOGRAFIA

Branco, Luis Castelo (2012): O Estado Islâmico de Azawad, in *Observatório de África*, Fundação Portugal África nº37, julho/agosto.

<http://www.fportugalafrica.pt/Default.aspx?id=75&tabid=149>

Branco, Luís Castelo (2010): "As Grandes Potências em África (1960-2010)", in *Janus 2010. Meio Século de Independências Africanas*, Universidade Autónoma de Lisboa, pp.134-135.

<http://janusonline.pt/2010/2010.html>

Correia, José (2012): Sudão do Sul-A Longa Espera, in *Segurança em África, Revista do Instituto de Defesa Nacional (IDN)*, nº131, 2012.

Dopcke, Wolfgang (1999): A Vida Longa das Linhas Retas: Cinco Mitos sobre as Fronteiras na África Negra, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 42, 1999, pp.77-109.

Hugon, Philippe (2010): “Cooperation: New Players in Africa”, in *International Development Policy Series Africa*, Graduate Institute of International and Development Studies, 21 pp.

<http://poldev.revues.org/138>.

Ikome, Francis Nguendi (2012): Africa’s International Borders as Potential Sources of Conflict and Future Threats to Peace and Security, *Institute for Security Studies Paper*, nº233, 14 pp.

Lousada, Abílio (2010): As Fronteiras Africanas, in *Janus 2010. Meio Século de Independências Africanas. Anuário de Relações Internacionais*, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp.124-127.

Observatório de Relações Internacionais (2010): Da Organização de Unidade Africana à União Africana, in *Janus 2010. Meio Século de Independências Africanas*, Universidade Autónoma de Lisboa, pp.122-123.

<http://janusonline.pt/2010/2010.html>

Meredith, Martin (2006): *The State of Africa. A History of Fifty Years of Independence*, The Free Press, 740 pp.

Peace Agreements Sudan

<http://www.usip.org/publications/peace-agreements-sudan>

Pires, Raul Braga (2012): Azawad. A “Tuaregolândia “ Independente, in *Expresso Online* 6 abril.

<http://expresso.sapo.pt/maghreb?num=10&page=2&npages=>

MNLA: Consultation Populaire portant sur l’auto-détermination de l’Azawad, 22/01/2012.

<http://www.mnlamov.net/projet-politique.html>

Resolution AHG/Res. 16 (I), Cairo 21 July 1964.

[http://www.au.int/en/sites/default/files/ASSEMBLY\\_EN\\_17\\_21\\_JULY\\_1964\\_ASSEMBLY\\_HEADS\\_STATE\\_GOVERNMENT\\_FIRST\\_ORDINARY\\_SESSION.pdf](http://www.au.int/en/sites/default/files/ASSEMBLY_EN_17_21_JULY_1964_ASSEMBLY_HEADS_STATE_GOVERNMENT_FIRST_ORDINARY_SESSION.pdf)

Taylor, Ian (2010): The International Relations of Sub-Saharan Africa, *Continuum International*, 176 pp.

Tribunal Internacional de Justiça: Conflito Níger-Mali.

<http://www.icj-cij.org/docket/files/149/15981.pdf>



Wing, Susanna D.(2012): Building a Durable Peace in Mali, in *IPRIS Viewpoints*, august 2012, Portuguese Institute of International Relations and Security (IPRIS), 2 pp.